



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**LETRAS – PORTUGUÊS**

**LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO: RELAÇÕES ENTRE GÊNERO  
GRAMATICAL DO PORTUGUÊS E O GÊNERO BIOPSISSOCIAL**

**ANDERSON LUIZ OLIVEIRA**

**Maceió**  
**2023**

ANDERSON LUIZ OLIVEIRA

**LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO: RELAÇÕES ENTRE GÊNERO  
GRAMATICAL DO PORTUGUÊS E O GÊNERO BIOPSISSOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Letras da Universidade Federal de  
Alagoas, como requisito para  
obtenção do grau de licenciado  
em Letras – português.

**ORIENTADORA:** Profa. Dra.  
Cristina Felipeto

**Maceió**

**2023**

**Catálogo na fonte Universidade  
Federal de Alagoas Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

O481 Oliveira, Anderson Luiz.  
Linguagem neutra de gênero: relações entre gênero gramatical do português e o gênero biopsicossocial / Anderson Luiz Oliveira. – 2023.  
27 f.

Orientadora: Cristina Felipeto.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras – Português) –  
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 26-27.

1. Gênero gramatical. 2. Gênero – Biopsicossocial. 3. Gênero neutro. I.  
Título.

CDU: 81´366.52

*Ao Deus único e sábio, bendito Pai do Senhor  
Jesus Cristo.*

## RESUMO

A pesquisa discorre sobre as relações entre o gênero gramatical e sua relação com o sexo dos seres e o gênero biopsicossocial para que, por meio disso, o argumento utilizado para dar legitimidade à necessidade de inserção de novos elementos mórficos seja compreendido em seu lugar adequado e as propostas de neutralidade sejam analisadas. A análise se fundamentou no estruturalismo de Camara Jr (2015) apresentado em sua obra intitulada *Estrutura da Língua Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1970. Outros autores, como Barbosa Filho (2022), Bechara (2015), Jamilk (2021), Lucchesi (2021) e Schwindt (2020) foram utilizados como suporte teórico. A obra se desenvolve de modo a se fundamentar em três pilares distintos. Primeiro, aborda a descrição do gênero gramatical; depois, delimita o conceito de gênero biopsicossocial a fim de apresentar o argumento proeminente para o desenvolvimento de um gênero neutro no sistema da Língua Portuguesa; e, por fim, faz a análise não apenas das propostas embrionárias, que sugeriam os elementos -@ e -X como elementos mórficos que poderiam atender à demanda da representação linguística do não binário; mas também de propostas mais robustas de um sistema de neutralidade que atinge diversas classes gramaticais.

**Palavras-chave:** Gênero gramatical, sexo, gênero biopsicossocial, gênero neutro

## ABSTRACT

The research addresses on the relationships between grammatical gender and its relation to the being's gender and the biopsychosocial gender, so that through it the argument used to legitimize the necessity of inserting new morphic elements that may be comprehended in its adequate place and the proposals of neutrality can be analyzed. The analyses is based on Camara Jr. 's structuralism (2015) presented in his work named *Estrutura da Língua Portuguesa (The Portuguese Language)*, published for the first time in 1970. Other authors, such as Barbosa Filho (2022), Bechara (2015), Jamilk (2021), Lucchesi (2021) e Schwindt (2020) were used as theoretical background. The work develops in a way to be the basis for its three distinct pillars. First of all, it addresses to the description of the grammatical gender; then, limits its concept to the biopsychosocial gender in order to present a prominent argument to develop a neutral gender in the Portuguese language's system; and, lastly, analyzes not only the embryonic proposals, which suggested that elements such as -@ and -X as morphic elements that might meet the demand of linguistic representation of the non-binary; but also the most sturdy proposals of a neutral system which reaches many grammatical classes.

Key words: Grammatical gender, gender, biopsychosocial gender, neutral gender.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1. Introdução</b> .....  | 08 |
| <b>2. A estrutura gramatical de gênero da língua portuguesa</b> ..... | 10 |
| 2.1 Um olhar conceitual para o gênero gramatical.....                 | 10 |
| <b>3. Gênero biopsicossocial e linguagem</b> .....                    | 12 |
| 3.1 Gênero é sexo.....  | 12 |
| 3.2 Gênero biopsicossocial.....                                       | 14 |
| <b>4. As propostas de neutralidade</b> .....                          | 16 |
| 4.1 A falha das marcas -@ e -X.....                                   | 16 |
| 4.2 A nova proposta: A linguagem neutra de gênero.....                | 17 |
| 4.3 Considerações sobre a nova proposta.....                          | 20 |
| 4.4 O morfema <i>e</i> como marcador de neutro é exequível? .....     | 20 |
| <b>5. Conclusão</b> .....   | 24 |

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, não apenas no Brasil, mas em diversos países, as discussões acerca da representatividade de grupos por meio da língua tomaram maiores proporções nos círculos linguísticos e nos das ciências sociais. A partir disso, expressões como pronome neutro, gênero gramatical, representatividade, questões identitárias, linguagem inclusiva, dentre outras, passaram a ganhar espaço.

É importante salientar que todas essas discussões, de maneira geral, concentram-se em dois aspectos: o primeiro diz que há uma predileção do gênero gramatical masculino em detrimento do feminino, visto que a cultura machista subjuga as mulheres; o segundo assevera que a estrutura gramatical da flexão de gênero na língua portuguesa é incompatível com as demandas reais da sociedade, de modo que o binarismo, isto é, a dicotomia existente entre o masculino versus feminino – para atender às demandas de gênero nas palavras que possuem um traço [+ humano] – é insuficiente e não atende aos indivíduos que se consideram nem como homem, nem como mulher.

Nessa senda, o presente artigo não se propõe a discutir aspectos estruturais da língua que supostamente privilegiam os homens, mas antes se propõe a analisar as relações entre o gênero gramatical, o sexo dos seres e o gênero biopsicossocial a fim de entender até que ponto as propostas arbitrárias de uma neutralidade de gênero podem ou não ser consideradas produtivas.

O interesse por esse tema surgiu a partir de um minicurso, ministrado pelo professor Dr. Jair Farias, na Universidade Federal de Alagoas. O alvo do minicurso era a morfossintaxe do gênero gramatical do português, no qual as primeiras reflexões sobre gênero e língua surgiram de forma mais robusta, de modo que o tema despertou o interesse de alguns alunos acerca dessa temática. Pode-se dizer que o motivo pelo qual o interesse foi gerado se concentrou na inabilidade de algumas explicações sobre gênero gramatical, visto que, de modo costumeiro, associa-se à noção de gênero ao sexo.

Além disso, num momento posterior ao minicurso, o tema da neutralidade de gênero entrou em evidência e criou diversas polêmicas não apenas entre os estudantes de letras, mas também entre a massa falante. Porém, imprecisões, afirmações sem dados ou conclusões, imposição de ideias se tornaram elementos comuns no debate acerca de uma proposta de neutralidade de gênero na língua, de modo que as paixões entremearam o debate, prejudicando assim o desenvolvimento da discussão.

Essa pesquisa foi fortemente amparada nas conclusões de Camara Jr. (2015) sobre o gênero gramatical na Língua Portuguesa. Além disso, por razões de organização e metodologia, o trabalho foi dividido em cinco partes; sendo a primeira delas esta **INTRODUÇÃO**. A segunda parte, nomeada como **A ESTRUTURA GRAMATICAL DE GÊNERO DA LÍNGUA PORTUGUESA** apresenta uma descrição do gênero gramatical e apresenta as perspectivas de Camara Jr. (2015) sobre o tema.

Já na terceira parte, intitulada como **GÊNERO BIOPSISSOCIAL E LINGUAGEM**, dois tópicos são discutidos. O primeiro versa sobre as relações entre gênero e sexo na língua e o modo como esse assunto é abordado. Já na segunda parte, é feita uma exposição do conceito de gênero biopsicossocial, a fim de estabelecer a estirpe do argumento que justifica a demanda do gênero neutro na Língua Portuguesa.

Na quarta parte, nomeada como **AS PROPOSTAS DE NEUTRALIDADE**, quatro tópicos foram abordados. O primeiro deles se concentrou na exposição das marcas -X e -@ como elementos mórficos capazes de substituir os morfemas de gênero. O segundo tópico apresentou um detalhamento da nova proposta a partir do *Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa*, desenvolvido por Gioni Caê. O terceiro tópico apresenta uma análise dessa nova proposta e o quarto tópico analisa a possibilidade de o morfema -e ser tido como exequível para a Língua Portuguesa. Para isso, foi feita uma análise da explicação que a linguista Silvia Cavalcante (2022) fez acerca do morfema *e* como um elemento dotado de caráter natural a partir da proposta de Camara Jr. (2015) para o gênero na Língua Portuguesa.

No capítulo final, que apresenta o título de **CONCLUSÃO**, há uma retomada dos aspectos principais que foram abordados, além de uma reiteração dos posicionamentos estabelecidos no texto.

## 2 A ESTRUTURA GRAMATICAL DE GÊNERO NA LÍNGUA PORTUGUESA

### 2.1 Um olhar conceitual para o gênero gramatical

No que diz respeito à estrutura gramatical de gênero da Língua Portuguesa, por se tratar de um fenômeno da língua que pode ser observado, Pablo Jamilk (2021) afirma que existe uma estrutura funcional no gênero gramatical, isto é, uma estrutura que pode ser descrita de maneira formal e científica. Nessa senda, é mister salientar essa estrutura mediante descrição.

O gênero gramatical pertence ao campo flexional da língua, assim como o número de nomes e verbos. Sobre o conceito de flexão, Câmara Júnior (2015, p. 81) explica que:

O termo gramatical “flexão” é a tradução do alemão *Biegung* “flexão, curvatura”, introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772-1829) no seu livro clássico de 1808, sobre a língua e filosofia dos hindus, para indicar que um dado vocábulo “se dobra” a novos empregos. Apresenta-se em português, sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical ou sufixos. São sufixos flexionais ou desinências que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos.

A partir da compreensão de que um determinado vocábulo pode se dobrar para assumir um novo emprego, compreende-se o gênero gramatical como uma dessas possíveis dobras, uma vez que, de modo específico, ele estabelece oposição entre uma forma masculina e outra forma feminina nos nomes (adjetivos e substantivos) da Língua Portuguesa. Porém, essa oposição não mantém uma relação de exclusividade com seres que possuem sexo masculino ou sexo feminino, visto que a flexão de gênero cumpre papel de concordância entre os nomes de maneira geral, não se resignando a seres de traço [+humano] apenas.

Nesse sentido, é pertinente esclarecer que o processo de derivação também proporciona uma curvatura na palavra, mas que não é dotada de regularidade; sendo, portanto, este aspecto, um distintivo entre flexão e derivação. Sobre isso, pode-se dizer que “a flexão é um processo extremamente regular, que se aplica a todos os membros de uma classe fundamentalmente com o mesmo significado, e com exceções previsíveis, mas a derivação não é regular dessa mesma forma.” (SILVA e MEDEIROS, 2016, p. 42).

“O sistema de concordância permite que a frase, em língua portuguesa, soe fluida e harmônica, sem qualquer tipo de ruído ou estranheza para o falante do idioma” (JAMILK, 2021, p. 35). Desse modo, a flexão de gênero, por pertencer ao sistema de concordância nominal da língua portuguesa, implica o estabelecimento da harmonização entre os vocábulos de natureza nominal que possuem correlação dentro da sentença. Por essa razão, a sentença

*meus duas belos filhas* representa a ausência de harmonização dos constituintes, na medida em que o pronome possessivo *meus* e o adjetivo *belos* não concordam em gênero feminino com o substantivo (filhas) ao qual se referem.

Ainda sobre a estrutura do gênero em português, pode-se dizer que a oposição básica entre a forma masculina e a feminina é a presença de um sufixo flexional, que pode ser chamado de desinência *-a* para a marcação do feminino, conforme declara Câmara Júnior (2015). Dessa perspectiva, é estabelecida a proposição de que o gênero masculino é marcado pela ausência de uma marca de feminino. Contudo, “a flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português.” (CAMARA, 2015, p. 88) e essa exposição sem coerência gera uma compreensão também confusa do papel do gênero gramatical, de modo que o produto dessa confusão, hoje já estabelecido no senso comum brasileiro, é a ideia de que há, na estrutura da língua, uma relação exata e regular entre gênero gramatical e sexo, além de um privilégio dado, de modo arbitrário, às formas masculinas em detrimento das femininas. Em outras palavras, confundem-se os conceitos de gênero gramatical e sexo, de modo que aquele para ser visto como um representante exato deste na língua.

Nessa senda, dois pontos são fulcrais para a compreensão adequada do gênero gramatical, de sorte que a confusão entre gênero gramatical e sexo dos seres seja suprimida. O primeiro deles é o fato de que nem sempre as propriedades formais que uma palavra apresenta são estabelecidas para designar seres, cujo sexo é correspondente ao gênero da palavra, isto é, há casos na língua em que um vocábulo é privativamente feminino, por exemplo, mas não se associa a um ser do sexo feminino. Pode-se pensar no vocábulo *testemunha*, cujo traço privativamente feminino não o limita a designar apenas seres do sexo feminino. O segundo fator pertinente é que “o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais – providos de sexo – quer designem apenas ‘coisas’, como *casa*, *ponte*, *andaiá*, femininos, ou *palácio*, *pente*, *sofá*, masculinos.” (CAMARA, 2015, p. 88). Dessa forma, não há que se falar em sexo de seres em se tratando de *sofá*, por exemplo, pois apesar de ser um vocábulo masculino, não constitui qualquer relação quanto ao sexo biológico.

Ainda sobre a defasagem existente na descrição do gênero gramatical nas gramáticas tradicionais, na perspectiva de Câmara Jr. (2015), a deficiente sistematização que visa diferenciar o processo de flexão de gênero de qualquer processo lexical ou sintático de indicar o sexo se mostra evidente. Como exemplo, observa-se o substantivo *boi*, comumente

associado ao substantivo *vaca* como um par de oposições em gênero. Esse processo revela uma confusão, porquanto o vocábulo *boi* é necessariamente masculino quanto ao gênero gramatical e não sofre qualquer processo de flexão ou derivação para que dele se obtenha *vaca*. Por conseguinte, são dois vocábulos distintos que designam seres da mesma espécie, mas de sexos diferentes.

### 3 GÊNERO BIOPSISSOCIAL E LINGUAGEM

#### 3.1 Gênero é sexo?

Na seção anterior, uma descrição formal do gênero foi estabelecida para que se obtenha um entendimento claro do conceito. Entretanto, o olhar rígido para a língua, compreendendo-a como um sistema utilizado por falantes, mas que é desvinculada das relações sociais e de qualquer perspectiva de juízo de valor não é o meio mais adequado para que sejam estabelecidas conclusões. Perspectivas interpretativas do mundo não residem na língua em si, mas são inseridas na língua mediante seus usuários. Sobre isso, Dante Lucchesi (2021) assevera que

é preciso atualizar a própria visão de língua, como prática social profundamente permeada pelas disputas de poder e de hegemonia ideológica que se travam na sociedade, e não como um organismo autônomo e asséptico, totalmente desvinculado do uso concreto da língua.

Essa percepção de Lucchesi (2021) se torna importante para que não ocorra uma análise da língua sem qualquer relação com o indivíduo. Todavia, faz-se necessário, em mesma medida, salientar que a língua, como uma prática social, deve ser entendida como o instrumento para disputas pelo poder, por exemplo, e não como a responsável por essa atitude.

Ainda no que diz respeito à língua como uma prática social, observa-se que a interpretação do mundo em uma determinada comunidade pode influenciar as distinções de gênero. Sobre isso, Bechara (2015, p.140) diz:

a inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua adversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que, para nós, o *sol* é masculino e, para os alemães, é feminino *die Sonne*, a lua é feminino, e, para eles, masculino *der Mond*; enquanto o português mulher é feminino, em alemão é neutro das *Weib*.

Os sujeitos que constituem as sociedades desenvolvem sistemas de classificação e organização que se consolidam e, muitas vezes, geram paradigmas os quais são estabelecidos por meio de um núcleo social e assim permanecem. Seções de alimentos em um supermercado, seções de atribuições em uma empresa, seções de conhecimento (ciências humanas, ciências exatas...) são alguns exemplos dessas divisões que permeiam o seio social. No entanto, ao se tratar da língua, o processo não é idêntico, pois existem categorias formais que se estabelecem com o intuito de gerar simplicidade e eficiência na comunicação, como ocorre com os processos flexionais, que, sintaticamente, desenvolvem a concordância na língua, porém isso não se dá mediante arbitrariedade individual do falante.

Ao se falar do campo flexional da Língua Portuguesa, por exemplo, especificamente no que diz respeito à flexão de número, é possível observar um aspecto objetivo em seus termos – dada a sua finalidade. Nesse sentido, o singular necessariamente pretende designar a noção de unidade, ainda que se fale de um singular genérico como o caso de “a humanidade” – que envolve todos os indivíduos humanos do mundo – não se fala, nesse contexto, de duas humanidades, mas de uma, portanto o caráter unitário permanece. Contudo, no que diz respeito ao gênero gramatical, a objetividade, isto é, uma correlação direta entre o gênero gramatical da palavra e o sexo, por vezes, não ocorre.

Na Língua Portuguesa, o substantivo *cobra*, nome utilizado para as serpentes da família dos colubrídeos, é privativamente feminino, no entanto utiliza-se o adjunto “macho” para designar o sexo do ser ao qual um indivíduo se refere. Dessa maneira, conclui-se que não é possível determinar, em todos os casos, se um ser é macho ou fêmea na língua portuguesa simplesmente pelo gênero do substantivo: “muitos nomes que fazem referência a seres sexuados não têm o gênero que se esperaria se se levar em consideração o sexo deles” (SILVA e MEDEIROS, 2016, p. 46). Isso ainda é evidenciado no caso dos substantivos que designam seres não sexuados como *parede* e *sofá*. Sobre essa ausência de relação direta e motivada entre gênero e sexo, Possenti (1972, p. 22, apud PERINI, 2016, p. 391) diz: “Essencialmente, o gênero gramatical não tem nada a ver com sexo, e é perfeitamente possível fazer referência a um homem usando o feminino (a vítima, a pessoa, a criança) ou a uma mulher usando o masculino (o cônjuge, o participante, o personagem)”.

A partir dessa perspectiva, entende-se que, apesar da confusão entre os conceitos, não há que se falar em gênero como o equivalente de sexo, uma vez que não há uma correspondência exata desses elementos. Essa suposta equivalência aparentemente serviria para apontar a estrutura da língua como uma ferramenta de predileção do homem em relação

à mulher e como uma língua desprovida de um sistema eficaz de gênero que pudesse perpassar o binarismo (masculino e feminino); mas a própria percepção de Possenti (2016) sobre o lugar do problema apenas corrobora a insustentabilidade desse argumento. Nesse viés, Possenti (2016, p. 19) diz que “é no léxico que a violência discursiva no campo dos gêneros se exerce mais pesadamente e é nesse espaço, em consequência, que a luta é mais relevante e mais claramente fundamentada em fatos”.

Portanto, devido à ausência do caráter objetivo de correspondência nos processos flexionais de gênero da Língua Portuguesa, é relevante compreender a noção de gênero no âmbito antropológico, a fim de que as intersecções entre gênero gramatical e gênero biopsicossocial possam ser estabelecidas de um modo coerente.

### 3.2 Gênero Biopsicossocial

Entende-se, atualmente, que o gênero biopsicossocial é um conceito que não leva em conta apenas o fator biológico como elemento determinante (a estrutura do termo já revela isso). Aspectos atrelados à *psique* do indivíduo e o modo como ele se compreende diante da sociedade também são levados em consideração nessa acepção. Acerca disso, Spizziri, Pereira e Abdo (2014, p. 42) explicam:

[...] sexo refere-se tanto a masculino quanto a feminino, relacionado aos aspectos biológicos e de reprodução; gênero é utilizado para designar o papel social, menino ou menina, homem ou mulher e na maioria das pessoas relacionado ao sexo de nascimento. Entretanto, o desenvolvimento individual do gênero sofre influências biopsicossociais e nem todos os indivíduos perceber-se-ão como homens ou mulheres.

Dessa maneira, há a proposição da distinção entre o sexo, termo utilizado para referir-se ao sexo biológico do indivíduo e o gênero, termo abrangente que considera questões psicológicas e sociais, por isso a designação *biopsicossocial*.

A comunidade que visa representar a diversidade desses gêneros é comumente conhecida como LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros gêneros que são resumidos no sinal +). Diversas disputas por direitos de pessoas LGBTQIA+ ocorreram e continuam a ocorrer em todo o mundo e objetivam findar, por exemplo, o preconceito, que gera imbróglis como a exclusão social, o bullying e até crimes contra a vida. Nessa senda, setores da comunidade LGBTQIA+, em diversas camadas da sociedade, militam pela defesa de seus direitos e por

uma amplitude no meandro da representatividade e nessa militância estão inseridas as discussões que se relacionam com a estrutura da Língua Portuguesa e sua aparente insuficiência representativa no nível flexional do gênero gramatical. Menezes e Da Silva (2021) explicam que

a Língua Portuguesa sempre ergueu definições, representações binárias e dicotômicas para mencionar algo/alguém, através dos artigos, preposições e pronomes classificatórios, além de delimitar o gênero gramatical masculino como representante geral e como um signo de uma cultura de subjugação ao domínio masculino. Essa divisão e hierarquia passam a ser contestadas por alguns sujeitos que não se sentem incluídos/as/os e buscam assim, o direito a representação linguística da identidade como meio de visibilidade social e linguística.

Esse horizonte de perspectiva que taxa a língua como sexista ou insuficiente para designar aqueles que não se incluem no padrão binário (masculino/ feminino) é o principal argumento levantado para a proposta de desenvolvimento de um gênero gramatical neutro artificial que visa mitigar ou findar a cultura de subjugação do domínio masculino, além de garantir a inclusão daqueles que não se consideram representados pelos pronomes que formam a dicotomia [masculino] X [feminino]. Entretanto, o gênero gramatical não pertence ao campo lexical da língua, mas ao campo estrutural. Trata-se de um sistema definido que cumpre papéis sintáticos, dessa maneira, há a necessidade de uma análise cautelosa sobre o poder que uma comunidade específica da sociedade possui a ponto de poder, arbitrariamente, alterar todo o sistema da língua, seja por adição ou subtração de elementos da estrutura da língua.

Além disso, essa proposta de formulação artificial de uma neutralidade de gênero poderia ser tida como justificável, ao menos no campo ideológico, caso o sistema de flexão de gênero gramatical da Língua Portuguesa estivesse totalmente vinculado à categoria semântica do “sexo” e se fosse comprovada uma arbitrariedade no uso do gênero masculino como um não marcado, porque isso abriria precedentes para a intervenção arbitrária de um grupo; todavia isso não ocorre. Das palavras da Língua Portuguesa que possuem gênero, apenas um subconjunto delas associa-se a “sexo”. De acordo com Schwindt (2020, p. 10),

se considerados todos os substantivos, a língua é bastante equilibrada em termos de distribuição de palavras femininas e masculinas, com leve vantagem para as femininas. Observado, porém, o subgrupo dos itens sexuados sujeitos a variação de gênero, que representa 5,6% dos nomes dicionarizados, essa realidade se inverte, com clara prevalência de masculino tanto entre biformes quanto entre comuns de dois.

Por essa razão, a acusação de que a Língua Portuguesa necessariamente delimitou um gênero e o privilegiou como um signo compatível com uma cultura de predileção da

predominância masculina carece de fontes, visto que isso manifestaria um caráter arbitrário de uso e mudanças da língua em seu plano estrutural pelos falantes. No entanto, se por um lado, a falta de fundamentação que envolve a classificação da língua como um idioma de estrutura machista não recrimina a busca por representatividade no meio social, por outro, não é possível que essa busca seja concebida como argumento suficiente para que a língua seja pensada a partir disso.

Diante dessa busca por representatividade linguística, essa concepção de que a Língua não possui uma estrutura que atinge a uma neutralidade de gênero ideal gerou o desenvolvimento de sistemas que tentam excluir esse “impasse”. Entretanto, os sistemas criados não pertencem a um campo de adaptação do uso da língua, a partir de elementos que já estão inseridos em sua estrutura, e sim a uma criação de novos sistemas que alteram toda a estrutura da língua, ou seja, as propostas de neutralidade são alterações morfológicas da língua, e não lexicais. Tem-se aí, então, o desenvolvimento de gêneros artificiais neutros cujo objetivo é representar os grupos que compreendem existir uma ausência de representação identitária na estrutura da língua, dada a falta de elementos linguísticos que sejam classificados formalmente como neutros.

#### **4. AS PROPOSTAS DE NEUTRALIDADE DE GÊNERO NA LÍNGUA PORTUGUESA**

##### **4.1 As marcas -@ e -X**

Antes de discorrer sobre as marcas -@ e -X, é necessário destacar que todas as propostas de produção de um gênero neutro artificial têm em comum a tentativa de resolver um aparente problema, como já fora mencionado, de predileção do gênero masculino como uma espécie de símbolo da predominância masculina que permeia o seio da sociedade brasileira e, conseqüentemente, incluir pessoas que não são representadas pela dicotomia [masculino] X [feminino] presente na Língua. Entretanto, o campo da perspectiva social acerca de uma suposta preferência masculina em detrimento da feminina não é o alvo dessa análise. A ênfase recai sobre a análise das sugestões propostas, com o fim de evidenciar se essas “soluções” são ou não exequíveis.

Quanto a um conceito adequado dessas propostas que, de modo geral, são resumidas na expressão “linguagem neutra”, Cavalcante (2022, p. 80) diz

a linguagem neutra, ou linguagem inclusiva de gênero, ou o uso do gênero neutro, caracteriza-se pela presença de morfologia de gênero e e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com traço semântico [+humano], em que a oposição masculino x feminino não é suficiente para dar conta da identidade de gênero.

As marcas -@ e -X seriam utilizadas para promover a ausência de gêneros, a fim de incluir homens e mulheres, independentemente de como se identificam quanto ao gênero biopsicossocial. Desse modo, o uso de -@ e de -X seria eficiente, pois, aparentemente, excluiria a suposta predileção por um gênero na língua. Nesse caso, como demonstrado a seguir, ocorreriam as seguintes construções: *Menin@ / Meninx, alun@ / alunx, senhor@ / senhorx*.

Nessa proposta, uma vez removidos os elementos mórficos que supostamente permitem identificar o gênero gramatical da palavra, ter-se-ia, enfim, a neutralidade. No entanto, isso não é tão simples, já que essas construções, com a finalidade de propor a inclusão e o fim de uma marca de preconceito existente na língua, acabam por gerar problemáticas que, inclusive, promovem a exclusão.

O uso do -@ se mostra ineficiente, por exemplo, porque não possui qualquer possibilidade de ser pronunciado, uma vez que não é uma letra, ou seja, não cumpre a função de representar fonemas em uma língua. Sobre as origens desse símbolo, é válido perceber o que afirma o Moura (2021, p.151)

segundo o site Observador, o @ não nasceu na era digital, ainda que por esses tempos tenha se popularizado. Na Idade Média, o símbolo @ foi inventado pelos copistas para substituir o termo latino “ad” (que significa para). Com o surgimento da imprensa, o @ foi muito utilizado para mostrar quantidade e o preço das mercadorias. Em árabe, ar-ruba significa um quarto, unidade de medida para peso que se popularizou em alguns países da Europa, chegando ao Brasil também. Na fase digital, Ray Tomlinson, em 1971, utilizou esse símbolo para fazer os programadores de computadores se conectarem.

Levando em consideração o fato de que esse símbolo não é uma letra, a comunicação oral é comprometida, pois não há como pronunciar *menin@* e isso, por si, já evidencia a proposta como insuficiente para atender às demandas necessárias, porém ainda há que se pensar naqueles que dependem de computadores para a prática da leitura. Um aplicativo de acessibilidade usado por um deficiente visual não seria capaz de pronunciar “*Alun@s cansad@s*”.

Como exemplo, uma sentença, para fazer jus às marcas -@ ou -X, deve remover qualquer afixo de gênero e substituí-lo por esses sinais. Veja:

- (1) Meninx bonitx;
- (2) Menin@ bonit@.

No que se refere à fonética, o -X seria o caso exclusivo de substituto mórfico que possui uma representação fonética na Língua Portuguesa, embora isso tenha sido insuficiente para manifestar a produtividade desse recurso. Além disso, o -@, se observado a partir de uma perspectiva simbólica, muito se assemelha ao afixo -a, o que gera uma certa semelhança gráfica e faz desse símbolo um elemento de memória do afixo feminino, de certo modo, mitigando a ênfase na neutralidade e apresentando predileção a um gênero da oposição [masculino] X [feminino].

#### **4.2 A nova proposta: A linguagem neutra de gênero**

As primeiras tentativas de criar um sistema de neutralidade apenas com o uso das marcas -X e do -@ não foram produtivas, não apenas pelo problema fonético, mas também pela ineficiência desses elementos em atingir a uma neutralidade completa de toda a estrutura da língua. Após essa primeira tentativa – hoje considerada não exequível até pelos proponentes de sistemas de neutralidade – manuais de neutralidade de gênero foram desenvolvidos com uma precisão maior e robustez de exemplos de uso do sistema. O aspecto positivo de uma nova proposição no campo da linguística é a criação de novos dados que podem ser analisados e, conseqüentemente, resultarem em aspectos ainda não discutidos.

A Linguagem Neutra de Gênero, também conhecida como linguagem não binária, propõe-se a apresentar novos elementos mórficos que provocam a alteração das classes nominais da língua. Além disso, possui como fim a inclusão e o encerramento do masculino genérico. Sobre esse aspecto, Cavalcante (2022, p. 82) explica que “a alteração consciente na morfologia de gênero e no paradigma pronominal é motivada por questões identitárias: por uma manifestação que inclua não só homens e mulheres, mas também pessoas não binárias.”

Com base nisso, destaca-se o problema da alteração consciente por questões identitárias, visto que isso, de modo claro, cria uma espécie de argumento que valide a mudança consciente até mesmo do sistema morfológico da língua, em nome de uma questão a qual envolva a identidade do indivíduo ou de um grupo. Contudo, até que ponto isso realmente pode ser considerado justificável?

No que diz respeito às palavras que sofrem alteração, O *Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa*, desenvolvido por Gioni Caê, explica que o sistema só é válido para as que possuam o traço [+ humano]. Outro fator relevante diz respeito ao uso, que deve ocorrer apenas quando se tratar de pessoas não binárias, grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando ainda não se sabe qual gênero utilizar para referir-se ao indivíduo. Já no que tange às mudanças, são reformulados os pronomes, os determinantes, os nomes e os adjetivos.

Em se tratando dos pronomes, quatro sistemas foram desenvolvidos: *Elu, Ile, Ilu, El*. Para melhor compreensão, a tabela abaixo, retirada do *Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa* apresenta todos os pronomes em seus sistemas:

**Tabela com os pronomes em todos os sistemas**

| Pronomes   | Sistema Elu | Sistema Ile | Sistema Ilu | Sistema El |
|------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Ela/Ele    | Elu         | Ile         | Ilu         | El         |
| Elas/Eles  | Elus        | Iles        | Ilus        | Els        |
| Dela/Dele  | Delu        | Dile        | Dilu        | Del        |
| Delas/es   | Delus       | Diles       | Dilus       | Dels       |
| Nela/e     | Nelu        | Nile        | Nilu        | Nel        |
| Nelas/es   | Nelus       | Niles       | Nilus       | Nels       |
| Aquela/e   | Aquelu      | Aquile      | Aquilu      | Aquel      |
| Aquelas/es | Aquelus     | Aquiles     | Aquilus     | Aquels     |

Imagem 1: Tabela de reformulação do sistema pronominal da Língua Portuguesa

Dos sistemas apresentados, o sistema *El*, que é caracterizado pelo apagamento das vogais determinantes de gênero, assume proeminente fragilidade. Assim como as marcas -@ e -X, o sistema *el* é propenso a desenvolver no falante dificuldades fonéticas, visto que a tendência do falante de Português será a de pronunciar esses pronomes como ditongos orais abertos *éi* e *éu*, uma vez que não há uma vogal após a consoante *l* nesse sistema. Outro fator que pode ser mencionado é a regularidade dos três primeiros sistemas se comparados aos pronomes masculinos e femininos da língua. Nesses sistemas, há a mesma quantidade de sílabas e a mesma prosódia, enquanto o último sistema diverge abruptamente dos demais.

Para os determinantes, a proposta consiste em substituição: artigos definidos são substituídos pelas expressões ê/ês ou le/les, enquanto os indefinidos são substituídos por ume/umes. Observe:

(3) Ês menines são bonites.

(4) Le Joana é bele.

Os substantivos e adjetivos, de acordo com o manual proposto por Caê, são mais complexos. De modo geral, a terminação do nome determina o elemento mórfico que servirá como substituto. Nesse sentido, para melhor visualização, os tópicos abaixo apresentam as substituições:

- a) Palavras terminadas em -o/-a (usa-se -e)
- b) Palavras terminadas em -co/-ca (usa-se -que)
- c) Palavras terminadas em -go/-ga (usa-se -gue)
- d) Palavras terminadas em -ão/-ã (usa-se -ane no singular e -anes no plural)
- e) Palavras terminadas em -ão/-ona (usa-se -one no singular e -ona no plural)
- f) Palavras terminadas em -r/-ra (usa-se -re no singular e -ries no plural)
- g) Palavras terminadas em -ês/-esa (usa-se -ese/ -esu)
- h) Palavras terminadas em -u/-ua (usa-se -ue)
- i) Palavras terminadas em -eu/-eia (usa-se -eie)

### **4.3 Considerações sobre a nova proposta**

É mister salientar que o desenvolvimento de medidas que objetivam findar o preconceito, em qualquer área da esfera social, é essencial para que assim possa haver o bom convívio em comunidade. Dessa maneira, ao se destacar os entraves relacionados à linguagem neutra de gênero, critica-se não o motivo da proposta, mas o que ela propõe no que diz respeito à estrutura da língua.

Em primeiro lugar, podem-se destacar problemas que envolvem o campo fonético da língua. Sobre esse aspecto, Cavalcante (2022, p. 89) explica que “as propostas de sistematização da linguagem inclusiva no PB, entretanto, incluem formas que esbarram na

própria característica fonológica da sílaba em português”. Um desses aspectos é a monotongação de hiatos em final de sílaba. De acordo com Schwindt (2020, p. 06),

A sugestão de adoção da sequência final *ries* ao nome visa a distingui-la do plural do masculino, *professores*. Meu entendimento é de que esta regra é pouco natural, nos termos aqui definidos, no sistema do PB. O fato é que, apesar de o português contar com um conjunto restrito de vocábulos, todos femininos, terminados na sequência *rie* átona — a saber, *cárie, série, barbárie, intempérie, superfície* —, está sujeito nesses casos a um processo de redução ou monotongação, extensivo ao plural, resultando em formas como *cár[ɨ], sér[ɨ], barbár[ɨ], intempér[ɨ], superfíc[ɨ]*. Uma possível motivação para essa redução pode ser a evitação ao hiato, [ri.e], ou, no caso de reparado o hiato por ditongação, a evitação a sequências de segmentos homorgânicos [.rjɨ]. Não há evidência para se supor que tal redução isentaria formas inovadoras com semelhante estrutura fonológica. Isso ocorrendo, o plural do masculino e o plural do avertado neutro se tornariam idênticos, *professor[ɨs]*. Alguém poderia, todavia, contraditar afirmando que a homofonia é um fenômeno comum na superfície fonética das línguas, incluindo o português. A pergunta, porém, seria por que uma língua introduziria uma oposição de caráter consciente num sistema para que ela fosse desfeita por restrições de caráter inconsciente ativas no mesmo sistema [negrito acrescido].

Nesse sentido, observa-se que a proposta de plural neutro de palavras terminadas em *r*, em virtude das restrições existentes no sistema linguístico, apresenta ineficiência. Além disso, esse déficit na proposta evidencia que apenas o ambiente da escrita foi privilegiado em relação ao da fonética. Nesse sentido, um questionamento se destaca: como uma proposta que não se relaciona diretamente às normas da língua, e sim às normas da escrita (código) pode obter produtividade?

#### **4.4 O morfema *e* como marcador de neutro é exequível?**

O objetivo desta seção é o de analisar a explicação que a linguista Silvia Cavalcante (2022) fez acerca do morfema *e* como um elemento dotado de caráter natural, a partir da proposta de Camara Jr. (2015) para o gênero na Língua Portuguesa.

De acordo com Cavalcante (2022, p. 91), “a proposta de *-e* como morfema de gênero neutro parece estar de acordo com as regras do sistema linguístico e parece natural”. Essa conclusão se dá porque a pesquisadora ampara a explicação na proposta Camara Jr. (2015), visto que ele desvinculou o gênero gramatical de uma associação rígida com o sexo, de modo que a marcação de gênero não é equivalente ao sexo em sua análise.

De modo mais detalhado, Camara Jr. (2015, p.89) diz

É comum lermos nas nossas gramáticas que *mulher* é o feminino de *homem*. A descrição exata é dizer que o substantivo *mulher* é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia”. O que há são substantivos

privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos.

Camara Jr. (2015) deixa evidente, ao explicar que o substantivo *mulher* é privativamente feminino e que o substantivo *homem* é privativamente masculino, que não há flexão de gênero entre essas palavras e argumentar que uma é o feminino da outra é um modo inexato de explicar o que de fato ocorre. A relação entre os vocábulos *homem* e *mulher* se dá no ambiente da semântica e não da morfologia. Além disso, outro problema comum nas gramáticas tradicionais envolve a confusão entre derivação e gênero. Nesse caso, Camara Jr. apresenta os casos em que sufixos derivacionais são restritos a um dado substantivo de um determinado gênero e outro sufixo é usado para o mesmo substantivo em um gênero distinto. Veja:

Assim, *imperador* se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor*, e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie “galo”, como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da “perdiz”. Dizer que *-triz*, *inha* ou *-ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação.

Vale ressaltar que a conclusão de Camara Jr. sobre as divisões presentes nas gramáticas tradicionais no que diz respeito à “flexão de gênero” eram descabidas. Dessa maneira, é possível compreender que nem todo caso de oposição de sexo dos seres tem relação direta com o gênero morfológico da língua. Por essa razão, o gênero morfológico não tem a função exclusiva de distinguir machos de fêmeas. Nesse caso, Camara Jr. esclarece, então, que o masculino é uma forma geral, isto é, não marcada, enquanto o feminino serve para criar algum tipo de especialização, que pode ou não, ser a distinção entre macho e fêmea. Isso pode ser observado no vocábulo “jarro”, que possui o feminino “jarra” como uma particularização que serve para evidenciar que este é uma espécie daquele.

Um último aspecto trabalhado por Camara Jr. e que deve ser aqui apresentado é a distinção entre vogal temática e flexão de gênero. Sobre essa distinção, Cavalcante (2022, p. 96) esclarece:

Camara Jr. distingue vogal temática da flexão de gênero com base no princípio estruturalista que diz que na língua “tudo é oposição”. O masculino é marcado com o morfema zero em oposição ao -a do feminino. Então, palavras terminadas em -o (a tribo) não são necessariamente masculinas, assim como palavras terminadas em -a não são necessariamente femininas (o enigma). E há palavras terminadas em -e que podem ser masculinas ou femininas (a ponte, o dente). Nesses casos, a vogal final é a vogal temática, e não o morfema de gênero. Então, como “tudo é oposição”, o morfema de feminino só vai aparecer em oposição ao zero, quando assim ocorrer: o menino/a menina; o gato/a gata; o barco/a barca.

A conclusão de toda a argumentação de Camara Jr. é que nem sempre a flexão de gênero se relaciona a uma noção de sexo para os seres que o possuem, isto é, conforme Cavalcante (2022, p. 96), “a especificação de gênero nas palavras é arbitrária e variável nas línguas, e não necessariamente relacionada ao significado da palavra no mundo biossocial (...)”. Esse ponto parece entrar em conflito direto com o pensamento de Cavalcante, que entende ser o *e* um morfema de gênero que parece ser natural de acordo com o sistema da Língua Portuguesa. Esse conflito se dá porque a proposta do *e* como morfema marcador de gênero neutro é proveniente do mundo biossocial, dessa maneira, ocorre o que pode ser compreendido como um conflito de normas, visto que o raciocínio que se obtém é este: se a flexão de gênero na Língua Portuguesa não está necessária e exclusivamente associada ao sexo dos seres, a inserção de uma proposta de gênero neutro por razões biossociais e não por uma razão gramatical seria coerente?

Cavalcante apresenta a possibilidade de o morfema *e* ser exequível a partir da própria compreensão de Camara Jr. O argumento de Cavalcante consiste no fato de que, em língua portuguesa, existem morfemas que servem para marcar o feminino e realizar, portanto, oposição ao masculino; entretanto não há qualquer morfema que faça marcação gramatical para o não binário. Nessa perspectiva, para Cavalcante, a necessidade surge. Em detalhes, Cavalcante (2022, p. 96) argumenta:

A necessidade de oposição aos gêneros masculino e feminino como identidade de gênero passa para a língua: a desinência *-e* e os pronomes neutros se opõem ao masculino e ao feminino não só como identidade, mas também gramaticalmente. Então, para substantivos (e aí os adjetivos por concordância) que tenham o traço [+humano] surge a oposição masculino/feminino/neutro: *aluno/aluna/alune; professor/professora/professore; cansado/cansada/cansade; nu/nua/nue*.

Nessa perspectiva, a pesquisadora compreende que o morfema *-e* seja inserido não apenas como uma oposição ao masculino e ao feminino por motivos identitários, e sim por razões gramaticais, isto é, como o feminino não serve necessária e exclusivamente para determinar o sexo dos seres, pois é um elemento que particulariza o substantivo em outros aspectos; então, de modo análogo, o morfema *-e* teria a função de marcar nem o masculino, nem o feminino. Essa tese traz algumas modificações na compreensão de gênero, porque inclui o não binário em sua estrutura. Ao se falar de gênero em língua portuguesa, ter-se-ia a oposição do feminino ao masculino para as palavras que possuem o traço [+humano], porém, com o marcador de gênero neutro, o que se tem são palavras de traço [+humano] que antes de serem divididas em gênero masculino e gênero feminino, seriam divididas em palavras de traço [+binário] e de traço [-binário] para só então, cada um desses traços, apresentar suas

subdivisões. As palavras de traço [+binário] seriam divididas na oposição comum de masculino e feminino e as palavras de traço [-binário] seriam marcadas com o morfema *-e* para o neutro.

Essa análise da pesquisadora Silvia Cavalcante, do ponto de vista da estrutura, é extremamente pertinente porque apresenta uma fundamentação adequada para que se comprove a possibilidade do *-e* como um elemento mórfico que marca o gênero neutro na estrutura da língua portuguesa. Apesar disso, definir o morfema *-e* como exequível em todos os meandros da língua ou asseverar que a neutralidade de gênero deva ser usada por ser possível apresentar uma possibilidade de inclusão de um subconjunto de palavras de traço [+humano] não é coerente. De certa maneira, isso traz à tona uma visão impositiva, que chega a ser pior do que as prescrições comuns nas antigas gramáticas tradicionais, uma vez que a alteração do sistema seria motivada por razões relacionadas à representatividade de uma parcela da população, todavia as mudanças que ocorrem na língua sempre estão atreladas à adesão das alterações pela massa falante.

## 5 CONCLUSÃO

Por meio desse trabalho, foi tentado demonstrar que a proposição de uma linguagem neutra de gênero perpassa a noção do ser ou não ser exequível e lida com áreas que não se restringem à linguística. No entanto, a linguística ainda assume proeminência nas discussões acerca do tema e deve ser levada em consideração. Além disso, a proposta de inserção de morfemas para o desenvolvimento da neutralidade ainda é algo recente no Brasil, de modo que ainda há muito a ser discutido nos próximos anos. O trabalho apresentou diversos objetivos que associados contribuíram para uma compreensão sem paixões acerca do gênero neutro em língua portuguesa.

O primeiro objetivo do trabalho foi o de apresentar uma descrição clara sobre gênero gramatical. A necessidade dessa descrição se dá porque o pensamento escolar, ainda amparado demasiadamente nas normas da Gramática Normativa, inculca, na mente do educando, um conceito equivocado de gênero gramatical. Dessa maneira, distinguir o subconjunto de palavras que mantém uma relação de correspondência entre gênero e sexo se fez pertinente como uma espécie de prolegômeno.

Outro fim pretendido no trabalho pode ser concebido como a razão por que se afirma ser necessária a introdução, no sistema da língua, de um gênero neutro. Entender as razões para um fenômeno que traz consigo tantas mudanças é necessário, para que se estabeleça o ponto de legitimidade do que se pretende propor. Nesse sentido, o *locus* do argumento da necessidade de implementação do gênero neutro pode ser observado a partir da afirmação de que não há no português brasileiro a categoria dos termos não binários e isso se associou a disputas por representatividade a partir de determinadores setores da sociedade, os quais aderiram à tese e estabeleceram propostas para “solucionar” o problema.

Um terceiro objetivo, ao qual assume um aspecto de essencialidade na construção do trabalho, foi o de analisar após a exposição de algumas propostas de neutralidade que circulam nos meios de comunicação, a possibilidade de o morfema -e ser exequível ou não como morfema marcador de neutralidade para atender às demandas do subconjunto de palavras com traço [+ humano] sem entrar na dicotomia masculino x feminino. A construção do conteúdo pautou-se na análise detalhada feita por Silvia Cavalcante, que desenvolveu a discussão a partir da visão estruturalista de Camara Jr. No entanto, a análise concentrou-se apenas na estrutura da língua e não em sua produtividade, de modo que não é suficiente para a língua apenas a conclusão final a respeito do assunto.

De maneira geral, fica evidente que o tema não é mais embrionário, todavia não é um ser constituído, ele está em processo de desenvolvimento e a possibilidade de que nos próximos anos haja uma boa amplitude do tema é alta, visto que a produção acadêmica nesse segmento tem ascendido não faz muito tempo. É necessário, nesse momento, que não haja a hipervalorização ou a negação total do tema em nome de uma agenda, para que o assunto seja discutido a partir de um viés equilibrado, que promova conclusões cada vez mais precisas sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. et. al. **Linguagem "neutra": língua e gênero em debate**. São Paulo: Parábola, 2022. *E-book*.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CAÊ, G. **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em:  
<<https://drive.google.com/file/d/16BQ59w4ePbUqMAzrFwUiCsz3r9zJw9XL/view>>  
Consultado em 16/08/2023

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 47. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, D. da S. **Algumas considerações sobre a morfossintaxe de gênero**. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, n.47, p. 30-46, jan-jun. 2013

CORRÊA, L. S. **Uma hipótese para a identificação do gênero gramatical com particular referência para o português**. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 289-295, setembro. 2001.

COSTA, J. A; CHOUPINA, C. M, **A história e as histórias do gênero em português: percursos diacrônicos, sincrônicos e pedagógicos**. Porto. 2012. Disponível em: &lt;<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4222761>&gt; Acesso em: 10 de jan. 2021

JAMILK, P. **Entenda linguagem neutra e de gênero: um debate necessário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021.

LUCCHESI, Dante. **A estrutura da língua e a criação do gênero neutro**. Roseta, 2021. Disponível em: < <https://www.roseta.org.br/2021/02/22/a-estrutura-da-lingua-e-a-criacao-de-genero-neutro/>>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

MENEZES, Jadla Morais; DA SILVA, Ana Lúcia Gomes. **PÂNICO MORAL: ALGUMAS NOTAS RIZOMÁTICAS SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA**.

OLIVEIRA, A. M. **“A linguagem é bem outra coisa” Diferentes olhares para a linguagem neutra: Entrevista com: Carlos Alberto Faraco, Elisa Battisti e Valdir do Nascimento Flores**. *Conexão Letras*. Porto Alegre, v. 17, n. 27, p. 4 - 17, jan-jun. 2022.

SCHWINDT, L. C. **Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico**. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 1, 2020.

SILVA, M. C. F.; MEDEIROS, A. B. **Para conhecer morfologia**. São Paulo: Contexto, 2016.

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu; ABDO, Carmita Helena Najjar. **O termo gênero e suas contextualizações**. Diagn Tratamento, v. 19, n. 1, p. 42-44, 2014.